



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES SEMESTRAIS¹

Promotorias Extrajudiciais
(Anexo - Recomendação nº 02/2012-CG)

Membro: Mariana Fernandes Távora²

Unidade: Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual contra a Criança e o Adolescente – NEVESCA

Período: 1º semestre/2019

Metas estipuladas para o período

- Coordenar o grupo de trabalho sobre a Lei nº 13.431-2017, instituído por meio da Portaria nº 540, de 24 de abril de 2018, com o objetivo de estudar e discutir, interna e externamente, propostas para o cumprimento efetivo da referida lei.
- Acompanhar o desenvolvimento de uma rede de proteção à infância e à adolescência no contexto das diversidades sexual e de gênero por meio do Fórum Permanente LGBT, composto por instituições governamentais e da sociedade civil.
- Fiscalizar os serviços da rede de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, em especial o Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio.
- Acompanhar o plano de expansão de atendimento dos Programas de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência (PAVs/SES-DF).

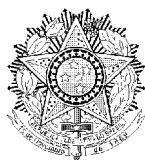
¹ Art. 27.....

§1º As Promotorias de Justiça com atribuições na esfera extrajudicial elaborarão, individualmente, relatório de atividades semestrais, que deverá conter as metas estipuladas para o período e o resultado de sua atuação, bem como a descrição sucinta dos seguintes movimentos:

- I - ações ajuizadas;
- II - termos de ajustamento de conduta firmados;
- III - recomendações expedidas;
- IV - reuniões realizadas;
- V - procedimentos instaurados e
- VI - outros atos praticados reputados relevantes.

§ 2º O relatório deverá ser remetido às respectivas Câmaras de Coordenação e Revisão e à Corregedoria-Geral, até o dia 15 dos meses de junho e de dezembro. (NR – Resolução nº 133, de 13/ABR/12).

² O Coordenador dos Núcleos de Direitos Humanos acumula as atribuições do Núcleo de Gênero Pró-Mulher, do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação - NED e do Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – NEVESCA. O presente relatório trata, exclusivamente, das atividades do NEVESCA.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Descrição sucinta das principais ações ajuizadas, termos de ajustamento de conduta firmados, recomendações expedidas, reuniões realizadas e procedimentos instaurados

Reuniões realizadas

01 a 07/01 – Recesso judiciário.

06/02 – Reunião com a Coordenadoria Executiva de Psicossocial (CEPS) para discutir estratégia de fiscalização dos Programas de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência (PAVs/SES-DF).

08/02 – Reunião do Fórum Permanente LGBT.

22/02 – Reunião do Fórum Permanente LGBT.

15/03 – Reunião com os promotores de justiça e juízes que atuam na área criminal e de violência doméstica na circunscrição judiciária de Taguatinga para apresentação do trabalho do PAV Alecrim com autores de violência sexual contra crianças e adolescentes.

20/03 – Reunião com a Secretaria de Planejamento do MPDFT (SECPLAN) para tratar do projeto “Análise do Nível de Estruturação dos Programas de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência”.

20/03 – Reunião com as Promotorias de Justiça Cível e de Defesa dos Direitos Individuais, Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude e o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Distrito Federal para tratar de violação de direitos durante a revista de adolescentes nas unidades de internação provisória.

22/03 – Reunião com os promotores de justiça e juízes que atuam na área criminal e de violência doméstica na circunscrição judiciária de Santa Maria para apresentação do trabalho do PAV Alecrim com autores de violência sexual contra crianças e adolescentes.

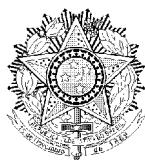
26/03 – Reunião do Fórum Permanente LGBT.

29/03 – Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Lei nº 13.431-2017, instituído pelo Procurador-Geral de Justiça por meio da Portaria nº 540, de 24 de abril de 2018.

01 a 20/04 – Período de férias.

21/04 a 31/05 – Licença prêmio.

12/04 – Reunião com os promotores de justiça e juízes que atuam na área criminal e de violência doméstica na circunscrição judiciária de Brasília para apresentação do trabalho do PAV Alecrim com



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

autores de violência sexual contra crianças e adolescentes.

07/06 – Reunião com o Procurador de Justiça André Vinícius Espírito Santo de Almeida, Vice Procurador-Geral de Justiça Institucional, sobre a qualificação dos dados relativos ao depoimento especial no processo judicial eletrônico.

11/06 – Reunião com o Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio para discutir o fluxo de atendimento e a política de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

12/06 – Reunião com as Promotorias de Justiça Cível e de Defesa dos Direitos Individuais, Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude e a Unidade de Internação Provisória de São Sebastião para tratar das violações de direitos do público LGBT nas unidades de internação provisória.

14/06 – Reunião com os promotores de justiça e juízes que atuam na área criminal e de violência doméstica na circunscrição judiciária de Sobradinho para apresentação do trabalho do PAV Alecrim com autores de violência sexual contra crianças e adolescentes.

19/06 – Reunião do Fórum Permanente LGBT.

Principais procedimentos instaurados

- Procedimento nº 08190.036809/19-01, instaurado para acompanhar a sistematização de fluxo e a formulação de metodologia de atuação no que diz respeito às políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes no contexto das diversidades sexual e de gênero no Distrito Federal.

Atos reputados relevantes

- Construção de uma rede de proteção para atuar no contexto das diversidades sexual e de gênero: Fórum Permanente LGBT. Trata-se de espaço de diálogo e troca de experiências entre as diversas instituições da rede de atendimento a crianças e adolescentes. Participam do Fórum Permanente LGBT o NEVESCA, as Promotorias de Justiça Cível de Defesa da Infância e da Juventude, o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, os centros de saúde especializados da Secretaria de Saúde do DF Adolescente e Ambulatório Trans, os Conselhos



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Tutelares, o CREAS da Diversidade, a Gerência de Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Estado de Educação e as ONGs Mães pela Diversidade e União Libertária de Travestis e Mulheres Transexuais (ULTRA).

- Elaboração, no âmbito do grupo de trabalho sobre a Lei nº 13.431-2017, de orientações normativas acerca da escuta e do depoimento especial do Distrito Federal, a serem analisadas pelas Câmaras de Coordenação de Revisão para eventual expedição de recomendação aos membros.

Cursos e palestras:

- 07/06 – Participação na mesa do evento de lançamento da Frente Parlamentar pela Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, promovido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.